

NOTA DE REPÚDIO

As primeiras décadas do século XXI têm apresentado, em âmbito mundial, o recrudescimento de uma determinada concepção de mundo em que o conservadorismo e, conseqüentemente, os princípios que fundam a sociedade liberal são tomados como a única verdade possível e aceita. As experiências desumanizadoras vividas no século passado, como as grandes guerras mundiais e o Holocausto nos campos de extermínio, parecem emergir, agora, objetivamente, como experiências que, transmutadas ao modelo brasileiro, poderiam representar “saídas” para tão proclamada crise social e econômica. Ações marcadas pelo fascismo e a intolerância já estão presentes na história contemporânea brasileira, resultado de uma formação social escravocrata, desigual e violenta, que parece ter chegado ao seu paroxismo. A educação, ainda que nesse contexto de acirramento do autoritarismo e consolidação do Estado de exceção, tem a *potencialidade* de formar corações e mentes não submetidos a essa racionalidade e, no limite, constituir-se como espaço amplo de construção de possibilidades outras em que a formação humana emancipatória seja o objetivo a ser perseguido.

Considerando-se a importância vital que tem a educação na sociedade brasileira e sob os auspícios de uma proclamada crise na educação, são apresentadas propostas de “reforma”, como a “Escola sem Partido”.

O referido Programa tem como fundamento, considerado aqui como o mais nefasto e perigoso, o pressuposto de que a educação deveria ser “neutra”, haja vista a ação de “doutrinação política e ideológica” que professores e professoras supostamente submeteriam aos estudantes. Afirmar que a educação exercida nas escolas brasileiras deveria ser “neutra”, como quer a “Escola sem Partido”, é tentar impor uma perspectiva que, do ponto de vista de efetivação do processo de ensino e aprendizagem, é histórica e epistemologicamente impossível. A ação docente se faz tendo o conhecimento como objeto de investigação e análise. Toda intervenção pedagógica lida com o conhecimento científico, sistematizado e produzido ao longo da história da humanidade. Educar é, portanto, possibilitar às novas gerações o acesso ao conhecimento que as gerações que as precederam foram capazes de produzir. É, no limite, construir a própria humanidade. O conhecimento é forjado em contextos históricos, sociais e econômicos específicos e, na sociedade brasileira, deve, necessariamente, explicitar as formas pelas quais as camadas sociais são constituídas, ou seja, apresentar o seu aspecto de sociedade desigual e dividida em classes sociais, resultando em divisões desiguais do que é produzido pelo trabalho humano. Isso posto, resta afirmar que tal conhecimento é eivado de marcações históricas que lhe conferem uma característica de ser eminentemente político. O professor e a professora, ao discutirem qualquer conteúdo, o farão dando pistas de como ele foi construído e como se relaciona com a realidade. Essa prática possibilita, inclusive, que o estudante signifique o conteúdo a partir das suas concepções de homem, mundo e sociedade. Portanto, não há conhecimento, base da educação, que seja neutro.

O Programa da “Escola sem Partido”, ao afirmar que professores e professoras operam uma determinada “doutrinação política e ideológica”, se inscreve em um contexto mais amplo de criminalização do pensamento que se opõe à violência e à

desigualdade social. Está relacionado a uma moralidade que deve ser instaurada no fazer docente em que os valores que estarão em tela são aqueles que garantam a formação do sujeito aderido à realidade social, ainda que ele mesmo seja objeto de injustiça social. Relaciona-se, ainda, a uma tentativa de desqualificação do trabalho docente na medida em que, segundo o discurso da “Escola sem Partido”, o professor e a professora devem ser vigiados e, se necessário, denunciados, caso tentem apresentar a sua visão de mundo. Certamente, a visão de mundo a ser denunciada será aquela que, de alguma forma, imprima aos diálogos e aos debates realizados em sala de aula elementos que garantam a compreensão e a análise do contexto social mais amplo.

De cunho retrógrado e conservador, a “Escola sem Partido” é a expressão daquilo que a sociedade e a educação democráticas, frutos de lutas históricas, acreditaram já haver sepultado. É o retorno, pautado em um discurso de senso comum, simplista e arrogante, do tecnicismo que vicejou no ideário educacional brasileiro na década de 1970. Baseado numa perspectiva supostamente neutra, a “Escola sem Partido” pretende abrir caminho para a introdução do discurso único, contra todos e contra tudo que se apresentar diferente do ideal de homem coerente com o mundo do capital e, assim, oficializar a histórica dualidade que constitui a educação brasileira, tornando a escola dos filhos da classe trabalhadora cada vez mais empobrecida.

O Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás repudia as propostas da “Escola sem Partido” e continuará lutando vigorosamente em favor de uma educação pública laica, gratuita e com qualidade socialmente referenciada.

Goiânia, 18 de dezembro de 2017.

CONSELHO SUPERIOR DO IFG